

GILBERTO FREYRE: OS TRÓPICOS NA EUROPA

Adriano Moreira

Quando o Governo brasileiro decidiu declarar este ano 2000 como sendo o ano de Gilberto Freyre, talvez não tenha sido determinado, entre as razões ponderadas, pelo alargamento da problemática gilbertiana à própria Europa, onde o século começa marcado por inquietantes conflitos raciais ou etnoculturais.

Uma circunstância que nos encaminha no sentido de revisitar o trajeto da investigação lusotropicalista que definiu, e que tem a sua principal sede na Fundação Joaquim Nabuco, onde nos encontramos não apenas a celebrar a carreira do mestre, mas também, e sobretudo, aquilo que da sua obra se inscreveu no patrimônio científico e cultural do nosso mundo lusíada.

Independentemente da cronologia do aparecimento dos trabalhos, o núcleo duro do pensamento gilbertiano foi estruturado tendo em vista o modelo brasileiro, não apenas naquilo que no seu tempo já podia identificar como emergências definidas pelo encontro e mistura das etnias e culturas, mas também no que perspectivasse em relação ao futuro do país.

No que respeita às emergências identificadas, *Casa-Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos* constituem a definição acabada e majestosa de toda a observação e participação levada a cabo, com rigor científico apoiada em inexcusável amor ao Brasil em particular, e aos trópicos em geral.

Pelo que toca à perspectiva, sublinhei em tempos que o notável *Brasil, Brasis, Brasília*, é, a começar pelo título do livro, uma surpreendente e perspicaz compreensão do processo, ao mesmo tempo geopolítico e humano,

que na sua vida tivera um ponto alto na decisão de Kubitchek de Oliveira, o qual arrastou finalmente o país do litoral para o planalto, uma audácia inspirada e animada por um conceito estratégico nacional e pela iluminação utópica da profecia de D. Bosco.

Dentro dessa geografia, talhada muito pela decisão política, a emergência do brasileiro, a novidade humana mais notável que apareceria depois do achamento cabralino, que agora também está em celebração, foi o tema gerador de toda a teoria do lusotropicalismo.

Esta nasceu ligada à experiência tropical do observador participante pelo nascimento, pela vivência, pela curiosidade, pela adesão, pelo amor que se acrescentava de patriotismo e orgulho nacional.

Um neo-realismo, também não independente de amor à comunidade, mas geralmente condicionado por metodologias e ideologias de matriz revolucionária e politicamente empenhada, viu nessa tropicologia uma ideologia de Estado, adjuvante de um conservadorismo de estruturas sociais e econômicas acusadas de perpetuar a exploração do homem pelo homem, e por isso intencionalmente esquecida de todo o drama envolvente da colonização, da diferenciação férrea entre senhor e escravo, entre europeu e nativo, entre colonizador e colonizado, entre branco dominador, e negro e ameríndio submetidos.

Os tempos acelerados da descolonização do século passado, as sociedades de guerra que se multiplicaram nos territórios autonomizados, os crimes contra a humanidade que se adensaram, a impotência, que se vai acentuando, para responder às exigências e súplicas de intervenção e de ajuda para minorar o sofrimento sem limite de países e continentes autodeterminados, encaminham no sentido de regressar à leitura das propostas gilbertianas, para, ao lado de outras, como a transcendente de Theilhard de Chardin, avaliar de novo os modelos recolhidos pela observação participante, que suplantaram os paradigmas do antagonismo destruidor. Trata-se de orientar no sentido do reconhecimento mútuo, da troca de padrões que se tornam comuns, da tolerância pelas diferenças que enriquecem, da fusão que faz emergir a mestiçagem étnica e cultural, a caminho de um ponto ômega terrestre que seria a metarraça, de que isoladamente falou Gilberto.

Que a proposta científica seja apropriada pela ideologia de Estado, não é necessariamente uma cumplicidade de autor, e não faltam exemplos incorporados designadamente nos modelos democráticos de todas as variantes. No conflito ideológico que teve expressão na Ordem dos Pactos

Militares, finda em 1989, estavam presentes os doutrinadores a que temos de recorrer para ensinar o exercício da cidadania.

A razão simples parece ser que as propostas se libertam do autor, como é próprio do verbo, e também sofrem acidentes de captura no trajecto que era suposto de liberdade e de libertação.

Gilberto não ignorava o drama da colonização, do genocídio, da escravatura, da discriminação, nem os seus valores ficaram indiferentes à história vivida, mas secularmente vivida em todas as latitudes, porque não existem etnias puras, como pretenderam os arianos.

Mas a originalidade da sua visão estava em identificar as emergências, em descodificar os processos que as proporcionaram e salvaram para além do passivo desse campo de batalha que também foi o encontro das etnias e culturas diferenciadas.

Nisso foi certamente mais longe do que o realismo pessimista dos seus contemporâneos Toynbee e Panikar, e mais esperançoso do que o atual Huntington a vaticinar que os grandes conflitos armados deste século XXI serão entre áreas culturais identificadas por religiões, esquecido de que tendência não é destino, como tem ensinado o PNUD nos seus relatórios anuais.

O alargamento do objeto ao ultramar português de então, e portanto muito além do originário espaço brasileiro de observação, fez com que o modelo observado no trajecto do *Brasil, Brasis, Brasília* se transformasse em modelo observante, e por isso mais proposta de evolução do que conclusão da hipótese que orientara a meditação sobre os trópicos sul-americanos.

Recorde-se que o contato direto com a realidade colonial portuguesa de meados do século XX lhe foi proporcionado por Sarmiento Rodrigues, marinheiro, Estadista, humanista, cujo centenário também foi recentemente celebrado, com cerimônia especial na sua terra natal transmontana, Freixo de Espada à Cinta, ocasião em que Gilberto ali foi lembrado naqueles lugares de fragas e amendoeiras que visitou, mas depois do seu pai, o velho professor Freyre, ter andado pelas mesmas serrarias.

O modelo observante organizado em *O mundo que o português criou*, serviu de referência ao exame da nova realidade, e a distância que verificou, entre a realidade e a proposta, em mais de um capítulo, não ficou omissa, nem deixou de provocar polémica viva, na qual se destacou o Comandante Henrique de Vilhena, presidente do Conselho de Administração da poderosa

Companhia dos Diamantes de Angola, e fiel à rigidez do modelo colonizador da Conferência de Berlim cujo ambiente envolveu a geração a que pertencia.

Por esse tempo, que já era de vésperas da crise final do império português, não apareceu no debate a consideração de que a presença portuguesa no interior do continente africano era realmente velha de apenas cinquenta anos de atividade colonizadora, porque as centenas de anos anteriores apenas se tinham traduzido em apoios na costa para a navegação.

O pensamento gilbertiano já entrara na Universidade portuguesa, ao menos nos meus cursos do atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica, certamente influenciou muito do pensamento reformista que ali se desenvolveu, e viria a estar presente nas primeiras reformas de 1961 que introduzi na estrutura colonial do país. Destaco a revogação do Estatuto dos Indígenas, que Gilberto festejou, e considero, embora autor, que tem importância igual à extinção da escravatura.

Todavia tem de reconhecer-se que a independência científica de Gilberto, a posição crítica que assumiu sem todavia considerar as diferenças dos tempos, não foram suficientes para evitar que o lusotropicalismo fosse em larga medida utilizada pela ideologia de Estado, e que de modelo observante, que apoiou a reforma frustrada da década de sessenta, passasse a ser lido como modelo justificante de uma intervenção política que, durante 14 anos de resistência armada aos ventos da mudança, teve sempre dificuldade em fazer coincidir o discurso com a ação.

Infelizmente, os ventos da mudança que passaram a soprar na antiga sede do governo do mundo, que é a Europa, talvez advirtam para que a crítica neo-realista, que pretendeu colocar entre parênteses o pensamento gilbertiano, adote ela um repouso de reflexão, para que a perspectiva das emergências contribua para consolidar a esperança num continente onde o descontrolo das emigrações tende a substituir o modelo de Estado nacional pelo regresso aos Estados multiculturais e multiétnicos. E também para despertar comunidades antes submetidas ao silêncio e que agora preenchem o conceito da outra Europa, a das minorias históricas, a que se somam as colônias interiores da primeira geração, de árabes, de turcos, de africanos, de emigrantes vindos do leste, este em situação de desastre, movidos aqueles pela lei que obriga os homens com fome a deslocarem-se para os lugares onde supõem encontrar alimentos.

Não se trata apenas das calamidades que desabaram sobre a antiga Jugoslávia, com um ponto crítico na tragédia do Kosovo, onde as diferenças

étnico-culturais animam os crimes contra a humanidade, uma prática em que todos os grupos parecem ter responsabilidades, e cuja gravidade foi acrescentada pelo chamado modelo cirúrgico da intervenção ocidental.

Também se trata do infundável conflito que rodeia a instalação de Israel na terra prometida, tudo fatos que inspiram os anúncios da polemologia cataclísmica, de Huntington, mesmo quando o Livro é comum mas as leituras são divergentes, uma constante milenária da história do Mediterrâneo.

O alarme atinge os picos mais elevados quando a Andaluzia, da Espanha das nacionalidades, regressa ao noticiário internacional porque na pequena cidade de El Ejido, em Fevereiro deste ano 2000, explodiu o conflito étnico-cultural com os marroquinos que ali constituem uma força de trabalho clandestina, editando o processo habitual destas batalhas, que inclui atentados aos templos, confrontos físicos, criminalização dos grupos, mortes de culpados e inocentes.

Toda a Europa Ocidental tem um caldo de cultura em que podem multiplicar-se estes incidentes, e mesmo Portugal não pode deixar de estudar atentamente a situação, quer no espaço da União europeia a que pertence, quer no território nacional, onde dispomos de memória histórica e de princípios claros, mas está esquecida a experiência vivida até ao século XVIII, tendo desaparecido as comunidades africanas, agora reconstituídas.

Aqui está a reeditar-se a composição étnica da população que caracterizava especialmente Lisboa antes da extinção da escravatura pelo Marquês do Pombal, e a temática das sociedades multiétnicas e multiculturais tomou-se exigente.

Enquanto existiu um Império, era muito diminuta, talvez apenas simbólica, a presença das etnias desse Império no território metropolitano. A livre circulação apoiada nas leis, a apetência pela mão-de-obra exigida pela teologia de mercado, as carências nos territórios de origem, voltaram a ter grande expressão no panorama humano português e europeu.

Nesta data, a população de Lisboa tem cerca de 10% de africanos, somando-se os emigrantes que chegam do leste europeu com uma dimensão mal conhecida de clandestinidade, e também de falta de observância dos direitos humanos e da legalidade.

Exemplos de conflitualidade não escasseiam, e contribuem para adensar um mapa das perplexidades europeias em relação a essas verdadeiras colônias interiores, na Espanha, na França, na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, e assim por diante.

Inesperadamente, a problemática gilbertiana que se definiu ao redor da intervenção dos europeus nos trópicos, parece agora reeditar-se por causa da presença dos trópicos no território europeu.

As mesmas causas, especialmente na área do trabalho e na área das relações sexuais, apelam a recursos, a conceitos e propostas que ajudem a superar as polemologias de exclusão pela implantação das emergências que consolidem as sociedades multiculturais e multiétnicas.

O modelo da uniformização cultural acolhido no projeto do Estado Nacional dos ocidentais, está a ser desafiado pelo multiculturalismo, designadamente nos EUA que já são bilíngües, e no espaço europeu ao qual a ONU acaba de anunciar a necessidade de receber cento e cinquenta milhões de emigrantes nas próximas décadas.

O século XX, que se proclamou ter alcançado a meta da globalização, mas que por outro lado também aprofundou até à revolta as ações que conduziram a este patamar, designadamente o passivo do processo colonizador ocidental que não pode ser eliminado da história, foi, como que para síntese de todas as contradições, aquilo que, desesperadamente, Louis Begley chamou “um réquiem satânico”.

De fato, no século findo foram sacrificadas mais vidas humanas do que em qualquer época do passado, e não pode deixar de assinalar-se que ao mesmo tempo viu utilizar a bomba atômica nos conflitos entre Estados, e definiu o holocausto como objetivo de uma tecnocracia organizada nos moldes clássicos da administração pública.

No primeiro dos referidos planos, o do confronto entre poderes políticos, a situação evoluiu no sentido da chamada guerra cirúrgica utilizada espetacularmente no Kosovo, e que se traduz em limitar as vítimas ao campo adversário.

No que toca à sociedade civil, o recrudescimento da xenofobia, o abuso contra povos tratados como dispensáveis, conduz a dramas como o dos curdos ou dos timorenses, à multiplicação das colônias interiores de que são exemplo os turcos na Alemanha, aos conflitos raciais de que a Espanha está a ser teatro.

Entre a anunciada carência de milhões de emigrantes, que a ONU enuncia em nome da economia de mercado, e a falta de categorias sociopolíticas de recepção pacífica das etnias envolvidas, as quais também

são movidas pelas necessidades da sobrevivência, o recurso aos conceitos gilbertianos não pode ser omitido.

Miscigenação, aculturação, troca de modelos de comportamentos, sociedades plurais, emergências de consolidação, tudo são contribuições gilbertianas para ajudar à urgência do diagnóstico, e à definição de uma perspectiva de paz da sociedade civil.

Prudentemente, isto é, com a dúvida sempre presente a acompanhar a decisão, apoiados no estado de espírito que levou Gilberto a enriquecer a metodologia com o conceito do talvez: quase-política, quase-novela, quase-poesia, um caminho incerto, mas um objetivo transparente.

